

Efeitos da Reavaliação de Ativos na Estrutura Patrimonial das Empresas

Eliandro Schvirck

Resumo

O presente artigo buscou discutir os efeitos da reavaliação de ativos sobre a estrutura patrimonial das empresas, análise essa realizada com base nos índices de estrutura, financeiros e econômicos, de análise das demonstrações contábeis. O estudo foi desenvolvido a partir de um modelo teórico elaborado com base em um balanço inicial e, hipoteticamente, com um balanço reavaliado. Sobre os valores dos balanços foram calculados os índices para então proceder-se com a análise dos efeitos ocorridos na estrutura patrimonial da empresa. Os resultados demonstram que a reavaliação de ativos pode alterar significativamente a composição patrimonial de uma empresa. Considerando que essa prática de avaliação é um procedimento alternativo, e utilizado por diversas empresas no Brasil, é uma informação que deve ser tratada com cautela no momento de uma comparação com outra empresa. Não significa dizer que a reavaliação é uma má informação, mas que a empresa que não está reavaliada tem seu ativo mensurado ao valor de custo de aquisição, enquanto que a reavaliada está a valor de mercado.

1 Introdução

A conjuntura econômica da era globalizada impõe, às empresas e aos investidores, desafios cada vez maiores para definir estratégias e identificar boas opções de investimentos. Grandes empresas passam por dificuldades e podem mudar rapidamente de uma boa opção de investimento para um investimento de risco, como aconteceu, por exemplo, com a Parmalat e a Varig, recentemente.

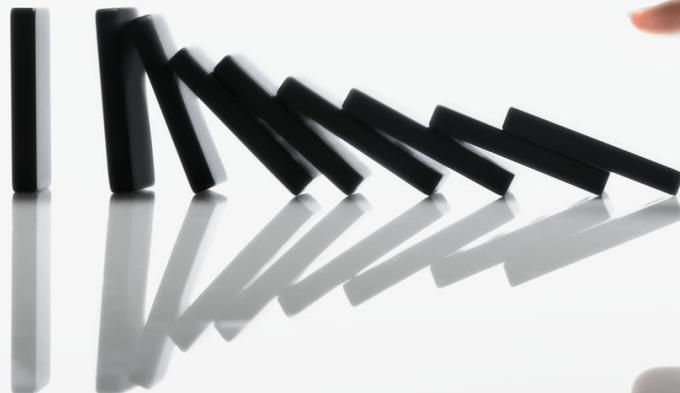
Nesse contexto, a informação contábil ganha muita importância, pois é pela contabilidade que pode se apurar as informações econômicas e financeiras das empresas, auxiliando o processo decisório de gestores e investidores.

Muitas dessas decisões são tomadas a partir de técnicas contábeis de comparação, tais como as utilizadas para a análise das demonstrações contábeis.

No entanto, as análises são realizadas a partir de dados extraídos dos relatórios gerados pela contabilidade e ao buscar nas demonstrações informações complementares aos números apresentados, percebe-se que a qualidade do *disclosure* deixa a desejar.

As legislações, societária e fiscal, não apresentam consenso em relação a alguns procedimentos contábeis, o que torna os relatórios, muitas vezes, peças incomparáveis e de difícil entendimento.

Uma prática adotada por empresas brasileiras, que é um procedimento alternativo, é a reavaliação de ativos. Esse procedimento, que consiste em avaliar o ativo ao seu valor de mercado e não ao custo de aquisição, pode alterar de forma



relevante a estrutura das empresas, conforme demonstrado por Schvirck (2006, p.128) “[...] o impacto da reavaliação de ativos alterou de forma relevante os indicadores utilizados; todos os índices foram afetados, uns mais, outros menos, mas todos se alteraram e geraram relatórios com informações bastante diferentes.”

Nesse contexto, o presente estudo apresenta uma discussão sobre quais são os efeitos causados pela reavaliação de ativos, nas demonstrações contábeis, analisados sob a luz dos mais tradicionais índices de análise. Buscando identificar em que casos a reavaliação pode ser benéfica para a situação econômico-financeira da empresa.

Para desenvolver essa análise, foi apresentado um modelo teórico no qual parte-se de um balanço inicial e, hipoteticamente, faz-se a reavaliação dos ativos. Nas duas situações, no balanço inicial e no reavaliado, são calculados os índices escolhidos para o trabalho, e posteriormente são comentadas as principais diferenças ocorridas.

O trabalho foi estruturado em quatro partes, incluindo essa introdução, posteriormente apresenta-se o referencial teórico abordando tópicos sobre a reavaliação de ativos e a análise das demonstrações contábeis por meio de índices, o item três mostra o modelo desenvolvido para a análise proposta no estudo e finalmente as considerações finais sobre a pesquisa desenvolvida.

2 Reavaliação de ativos

A reavaliação de ativos, no Brasil, foi instituída pela Lei 6.404/76, em seu artigo 182, parágrafo 3º, mencionando que ela pode ser aplicada aos elementos do ativo, abrangendo, assim, todos os componentes do ativo da empresa.

A CVM, através da Deliberação 183/95, restringe a utilização da reavaliação para os bens tangíveis do ativo imobilizado, desde que não esteja prevista sua descontinuidade na atividade operacional da entidade, ou seja, que o bem reavaliado permanecerá operante no processo produtivo da empresa. A Resolução 1004/04 do CFC segue a mesma orientação da CVM.

Martins (1992, p.110) explica que a reavaliação, em contabilidade, consiste em atribuir um novo valor ao ativo, valor esse que passará a ser o registro contábil do bem reavaliado.

A Deliberação 183/95, da CVM esclarece que a reavaliação significa adotar como critério para avaliação do ativo, o seu valor de mercado; dessa forma o princípio contábil do custo original ou o custo histórico é abandonado. O objetivo desse procedimento é que os valores sejam apresentados mais próximos aos seus valores de reposição.

Objetivando a uniformidade no critério de avaliação e considerando o abandono do registro ao custo histórico, passando ao valor de mercado, a reavaliação dos bens deve ser feita de forma regular e periódica visando não existir diferenças significativas entre o valor registrado no balanço e o valor de mercado do bem.

A reavaliação, normalmente, constitui-se de uma mais valia no ativo com contrapartida no patrimônio líquido, tratando-se, portanto, de um ganho que será tributado.

O Decreto 3.000/99, que rege o imposto de renda, em seu artigo 434, prescreve que os valores positivos resultantes de nova avaliação do ativo permanente não serão tributados, enquanto permanecerem como reserva de reavaliação. Também a Lei 9.959/2000, em seu artigo 4, prevê que:

a contrapartida da reavaliação de quaisquer bens da pessoa jurídica somente poderá ser computada em conta de resultado ou na determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido quando ocorrer a efetiva realização do bem reavaliado.

Observe-se, portanto, a convergência da legislação tributária com o conceito contábil da realização da receita, ou seja, a tributação ocorrerá somente quando o benefício gerado pela reavaliação for utilizado, através do uso do ativo que a gerou.

	R\$	R\$
Valor do laudo de reavaliação		120.000,00
Valor líquido do bem registrado no ativo		40.000,00
Custo histórico do bem registrado no ativo	100.000,00	
Depreciação acumulada do bem	(60.000,00)	
Reserva de reavaliação lançada no PL		80.000,00

Tabela 01 - Apuração do valor da reserva de reavaliação

O processo de reavaliação, normalmente, resulta em valorização dos bens existentes. Esses bens, no entanto, geralmente, apresentam saldo contábil registrado no balanço, antes da reavaliação.

Nesse situação, o valor que constituirá a reserva de reavaliação é o valor do laudo de reavaliação diminuído do valor líquido contábil do bem, existente no ativo da empresa, conforme exemplificado na Tabela 1.

Ludícibus *et al.* (2003, p.322) argumentam que a “[...] reavaliação é um acréscimo de valor de bens do ativo, que provoca um acréscimo também no patrimônio líquido, [...] por fatores, normalmente exógenos à empresa e sempre não realizados.”

Nesse sentido, a valorização do ativo oriunda do processo de reavaliação representa um lucro potencial que o ativo reavaliado poderá gerar, futuramente, para a empresa, não sendo, portanto, uma receita a ser registrada no ato da reavaliação, mas, sim, a realizar-se proporcionalmente com a realização do ativo, o que poderá ocorrer por depreciação, venda ou baixa por perecimento.

Os impostos incidentes sobre a reserva de reavaliação serão registrados, como retificação da reserva de reavaliação, podendo ser utilizada uma conta retificadora para fins de controle, em contrapartida à conta de impostos diferidos, no exigível a longo prazo, e, proporcionalmente à realização da reserva, será transferido do exigível a longo prazo para o passivo circulante.

O diferimento dos impostos sobre a reavaliação dos ativos tem por objetivo mostrar o valor líquido do efeito gerado no patrimônio líquido da empresa e, assim, não superavaliar o potencial de lucro do ativo, uma vez que sobre esse potencial existe a tributação, quando da realização.

Além de não superavaliar o patrimônio líquido, o diferimento dos impostos evita, também, a subavaliação do passivo, pois o mesmo já estará reconhecendo a futura obrigação pelo recolhimento dos impostos sobre a realização da reserva.

Considerando que o registro da reavaliação, normalmente, terá efeito positivo e o ativo reavaliado estará com seu valor superior ao custo histórico de aquisição, conseqüentemente, a depreciação desse ativo será feita por valor maior do que o valor histórico.

Desse modo, Martins (1999, p.6) comenta que:

a baixa para o resultado de depreciações calculadas sobre valores reavaliados passa não mais a significar a apropriação de parte do caixa utilizado na sua aquisição, mas sim a parcela do caixa que se estima será consumida na sua reposição.

Em suma, além de reconhecer a alocação do custo com a aquisição do ativo, a empresa passa a reter parte adicional do lucro para a reposição do ativo futuramente. Com isso, o resultado da empresa ficará, nominalmente, diminuído pelo registro da depreciação por valor superior ao custo histórico.

Na realidade, o valor do lucro apresentado dessa forma estará com seu valor mais próximo da sua real valoração, possibilitando inclusive uma melhor tomada de decisão.

Análise das demonstrações contábeis

A análise das demonstrações contábeis é uma técnica amplamente utilizada, pelas diversas classes de usuários da contabilidade, para apurar a situação econômico-financeira das empresas. Como expõe Schrickel (1999, p.118), “[...] a análise das demonstrações contábeis envolve a avaliação de um conjunto de demonstrações e outras informações fornecidas pelas empresas.”

Matarazzo (2003, p.15) relata que “[...] a análise de balanços objetiva extrair os dados das demonstrações financeiras e gerar informações para a tomada de decisões.”

Os relatórios contábeis são formados por inúmeros valores, que por si só não possibilitam muito entendimento aos leitores. Com o objetivo de facilitar a obtenção de informações das demonstrações contábeis aplicam-se as técnicas de análise de balanços, transformando números absolutos em relacionamentos que facilitam o entendimento e auxiliam na tomada de decisão.

Schricket (1999, p.119) alerta, porém, que “[...] a análise de balanços tem limitações, não encontrando solução definitiva para toda e qualquer constatação [...] é um instrumento de diagnóstico,” ou seja, as informações geradas pelas técnicas de análise são apenas um balizamento para o usuário tomar as suas decisões e estão sujeitas à subjetividade contida em cada analista.

Análise com a utilização de índices ou quocientes

Uma das técnicas utilizadas pelos profissionais da contabilidade para analisar a condição econômico-financeira das empresas é a utilização de índices de desempenho, também chamados de índices de análise de balanço.

Gitman (2002, p.102) comenta que “[...] a análise por meio de índices é usada para comparar o desempenho e a situação de uma empresa com outras empresas, ou consigo mesma ao longo do tempo.”

Esses indicadores são definidos na literatura especializada por vários autores. Dentre eles, Silva (2003, p.216) comenta que “[...] os indicadores financeiros são relações entre contas ou grupos de contas das demonstrações financeiras, que têm por objetivo fornecer informações que não são fáceis de serem visualizadas de forma direta nas demonstrações financeiras.”

Mais importante do que os relacionamentos e cálculos, feitos entre as contas das demonstrações para se chegar a um determinado índice, é a informação que esse índice proporcionará e como ele deve ser analisado.

Importante destacar que um índice nunca deve ser analisado de forma isolada, ou seja, sempre que se utilizar essa técnica de análise, ela deve ser realizada em um conjunto de índices para que não se levante um diagnóstico equivocado sobre a empresa.

Gitman (2002, p.103) comenta que a análise dos índices pode ser feita por três métodos, sendo: análise *cross-sectional*, análise de série-temporal e análise combinada.

No entanto, é importante ressaltar que a análise por índices apresenta limitações ao seu uso indiscriminado. Como já expressado anteriormente, os índices apresentam uma visão ampla da situação das empresas e, além disso, Schricket (1999, p.124) alerta que “[...] é fundamental ter em mente que as cifras dos demonstrativos, podem estar afetadas por osci-

lações macro e microeconômicas, ocorridas durante o período contábil, e que fogem ao controle da empresa.” E, ainda, que os valores das demonstrações contábeis “[...] podem ter sido artificialmente afetadas por alterações dos procedimentos contábeis, sem que isso tenha sido motivado por qualquer índole fraudulenta”.

Os indicadores selecionados, para esse trabalho, contemplam os três pontos fundamentais da análise apontadas por Matarazzo (2003, p.150) e Marion (2001, p.13): estrutura, liquidez e rentabilidade.

Índices de estrutura

Os índices de estrutura apresentam as políticas da empresa quanto à obtenção e aplicação dos recursos; se a empresa trabalha com capitais de terceiros ou próprios; quanto do capital obtido é aplicado em imobilizado, entre outras decisões.

O índice de imobilização do patrimônio líquido representa a política de investimento da empresa em seu imobilizado, indicando qual proporção do patrimônio líquido foi investida em ativos imobilizados e quanto está em circulação na atividade da empresa, o que é chamado de capital de giro próprio.

Índice	Fórmula de cálculo
Imobilização do patrimônio líquido	$\frac{\text{Ativo permanente}}{\text{Patrimônio líquido}}$
Imobilização de recursos não correntes	$\frac{\text{Ativo permanente}}{\text{Exigível a longo prazo} + \text{Patrimônio líquido}}$
Participação de capitais de terceiros sobre o capital próprio	$\frac{\text{Exigível total}}{\text{Patrimônio líquido}}$
Composição do endividamento	$\frac{\text{Passivo circulante}}{\text{Exigível total}}$

Figura 1 – Índices de estrutura patrimonial
Fonte: Adaptado de Matarazzo (2003, p.152)

Para Matarazzo (2003, p.158), o ideal, em termos financeiros, é que a empresa tenha patrimônio líquido suficiente para cobrir o ativo permanente e ainda possua sobra para financiar o ativo circulante; e conclui que, quanto menor for a proporção apresentada por esse índice, melhor a situação financeira da empresa.

O índice de imobilização dos recursos não correntes é semelhante ao índice de imobilização do patrimônio líquido, pois indica qual proporção dos capitais próprios e de longo prazo estão investidos no ativo imobilizado da empresa.

Esse é um índice pouco comum na literatura. Matarazzo (2003, p.160) defende a sua lógica de comparação argumentando que, como o ativo imobilizado pode ter vida útil de 2 a 50 anos, não é necessário que seja financiado totalmente por capitais próprios, é perfeitamente possível utilizar recursos de longo prazo, desde que o prazo seja compatível com a duração do imobilizado.

Como regra para esse índice, Matarazzo (2003, p.160) argumenta que ele não deve ser superior a 100%; já que, se

isso acontecer, a empresa estará imobilizando recursos de curto prazo, o que não é bom, porque, feito isso, o ativo circulante será financiado totalmente por capitais de terceiros de curto prazo, podendo gerar-lhe problemas financeiros.

Os índices relacionados ao endividamento são apresentados por Iudícibus (1998, p.103) como índices “[...] de muita importância, pois, indicam a relação de dependência da empresa com relação a capitais de terceiros”.

O índice de participação de capitais de terceiros sobre capitais próprios apresenta a proporção dos capitais de terceiros na empresa comparados ao total de capitais próprios ou patrimônio líquido, retratando sua dependência em relação aos recursos externos.

Marion (2001, p.105) caracteriza esse indicador como a quantidade de dívida que a empresa possui. O índice demonstra como a empresa está estruturada em relação a sua composição de capitais, ou seja, se ela utiliza mais capitais próprios ou de terceiros.

Iudícibus (1998, p.104) expõe que esse índice “[...] é um dos mais utilizados para retratar o posicionamento das empresas em relação aos capitais de terceiros” e alerta que todas, ou quase todas, as empresas que vão à falência apresentam alta participação dos capitais de terceiros sobre os capitais próprios.

O índice de composição do endividamento representa a proporção do endividamento com vencimento em curto prazo, influenciando, também, a condição financeira da empresa. Marion (2001, p.106) caracteriza esse indicador como a qualidade da dívida da empresa.

A análise desse índice é importante no conjunto de endividamento, pois a empresa pode ter um endividamento considerado alto, pela existência de financiamento de projetos de expansão, que sejam exigibilidades de longo prazo e que não terão nenhuma influência em uma possível boa situação financeira. Então, uma baixa composição do endividamento pode perfeitamente ser combinada com um índice de endividamento mais elevado.

Índices financeiros

Os índices financeiros ou de liquidez, são relações entre contas de ativos e passivos circulantes ou de realização/exigibilidade em longo prazo.

Teoricamente, esses índices representam a capacidade de a empresa pagar suas dívidas. Teoricamente, porque, na sua análise, deve ser considerado, entre outros fatores, o aspecto temporal, pois os vencimentos dos ativos dificilmente serão coincidentes com os do passivo, portanto, a

Índice	Fórmula de cálculo
Liquidez corrente	$\frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$
Liquidez geral	$\frac{\text{Ativo circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$

Figura 02 – Índices financeiros
Fonte: Matarazzo (2003, p.152)

real capacidade de pagamento será conhecida somente através da gestão diária do fluxo de caixa de entradas e saídas. Assim, os indicadores de liquidez são apenas aproximações genéricas da capacidade financeira da empresa.

Liquidez corrente é o índice que representa a capacidade da empresa quitar suas obrigações de curto prazo.

Silva (2001, p.271) argumenta que a liquidez corrente é útil para analisar empresas de mesmo porte, mesma atividade e mesma região geográfica. Como medida isolada, não é possível afirmar qual a proporção boa ou ruim para o índice de liquidez corrente, tudo vai depender do tipo de atividade da empresa e especialmente do ciclo financeiro, considerando o prazo de rotação de estoques, pagamentos e recebimentos.

Liquidez geral representa a capacidade que a empresa tem, teoricamente, de honrar seus compromissos de curto e de longo prazos.

Os comentários feitos à liquidez corrente são aplicáveis, também, para a liquidez geral, tendo ainda o agravante do longo prazo no aspecto temporal da análise.

Difícilmente o realizável a longo prazo tem os mesmos prazos dos exigíveis. Se na liquidez corrente o prazo está limitado ao exercício seguinte, na liquidez geral os prazos de exigíveis e realizáveis podem estender-se por cinco, dez, vinte ou mais anos.

De acordo com Schrickel (1999, p.247), esse índice não representa uma situação de liquidez, mas, sim, de solvência, pois a liquidação de todos os ativos e passivos, inclusive de longo prazo, só ocorrerá em uma situação de descontinuidade da empresa.

Índice	Fórmula de cálculo
Margem líquida	$\frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Receita líquida de vendas}}$
Retorno sobre o patrimônio líquido –RSPL	$\frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Patrimônio líquido inicial}}$
Retorno sobre o ativo – RSA	$\frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Ativo total médio}}$

Figura 03 - Índices econômicos
Fonte: Adaptado de Matarazzo (2003, p.152)

Índices econômicos

A dimensão econômica compõe-se, basicamente, dos índices de rentabilidade e representam, de acordo com Matarazzo (2003, p.175), “[...] quanto renderam os investimentos e qual o grau de êxito econômico da empresa.”

Várias são as relações possíveis de serem estabelecidas para analisar rentabilidade; neste estudo, foram selecionados os principais índices citados na literatura e que representam, no conjunto, o rendimento dos três principais aspectos da em-

presa: o operacional, o do investidor e o do investimento.

O índice de margem líquida apura quanto a empresa consegue gerar de lucro na sua operação com vendas, mostra a lucratividade da atividade da empresa, é o aspecto operacional da rentabilidade.

O retorno sobre o patrimônio líquido é o indicador do retorno que o investidor tem com a empresa. Mostra que proporção o lucro gerado pela atividade representa em relação ao investimento realizado pelo acionista. Ludicibus *et al.* (2003, p.322) argumentam que “[...] a melhor maneira de medir a rentabilidade da empresa é mediante o cálculo do retorno (lucro líquido) sobre o patrimônio líquido.”

Retorno sobre o ativo é o índice que apresenta a capacidade da empresa para gerar resultados com os investimentos realizados em seus ativos. De acordo com Matarazzo (2003, p.179), “[...] não é exatamente um índice de rentabilidade, mas sim uma medida do potencial de geração de lucro da parte da empresa.”

A variação desses índices merece análise detalhada, pois o lucro líquido da empresa está sujeito a movimentações não operacionais, que, em algumas situações, podem ser valores relevantes e até mesmo reverter um possível lucro para prejuízo, ou vice-versa.

Análise dos efeitos da reavaliação de ativos sobre os índices

As demonstrações contábeis são impactadas de diferentes formas pela reavaliação de ativos, em especial pela composição patrimonial das empresas. Por exemplo, uma empresa que possua maior parte de imobilizados em seu ativo, quando se faz uma reavaliação, tende a ter mais impactos na sua demonstração do que uma empresa que possua mais ativos circulantes.

De uma maneira bastante abrangente, a estrutura patrimonial das empresas são impactadas pela reavaliação de ativos, nos seguintes pontos:

- aumento do ativo permanente pela contabilização da mais valia apurada no bem reavaliado;
- aumento do patrimônio líquido pela contrapartida do aumento do imobilizado que será lançada, líquida dos impostos, em conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido;
- aumento do exigível a longo prazo em consequência da mais valia da reavaliação que será tributada quando de sua realização, assim, a empresa deve diferir os impostos no seu passivo, visando a não subavaliar as suas obrigações futuras; e
- diminuição do lucro do período ao calcular a depreciação sobre o valor reavaliado do bem, esse fato gera uma despesa de depreciação maior do que seria sobre o valor original do ativo, dessa maneira, o resultado do período fica, nominalmente, diminuído.

Essas variações ocorridas, em virtude da reavaliação dos ativos, refletem diretamente sobre os indicadores utilizados para analisar as empresas e, tendo em vista a sua composição patrimonial, o impacto sobre os indicadores pode ser positivo ou negativo. No modelo apresentado na Tabela 2, serão analisados esses reflexos.

O modelo contempla quatro situações patrimoniais com diferentes composições do passivo e patrimônio líquido. No ativo, o permanente é reavaliado aumentando em 50%, mantendo-se todos os outros valores, para que seja possível visualizar os impactos da reavaliação nas demonstrações. Em todas as situações foram provisionados os impostos às alíquotas de 25% para imposto de renda mais 9% de contribuição social, totalizando impostos em 34% sobre a reavaliação.

Esse procedimento produz um efeito uniforme na maioria dos índices, ou seja, a composição diferenciada dos capitais próprios e de terceiros não altera o que acontece nos índices, conforme comentado a seguir.

No índice de liquidez geral ocorre a diminuição da proporção

	Situação 1		Situação 2		Situação 3		Situação 4	
	Original	Reavaliado	Original	Reavaliado	Original	Reavaliado	Original	Reavaliado
AC	300	300	300	300	300	300	300	300
RLP	100	100	100	100	100	100	100	100
AP	600	900	600	900	600	900	600	900
Total	1.000	1.300	1.000	1.300	1.000	1.300	1.000	1.300
PC	40	40	300	300	550	550	550	550
ELP	60	162	200	302	200	302	550	652
PL	900	1.098	500	698	250	448	(100)	98
Total	1.000	1.300	1.000	1.300	1.000	1.300	1.000	1.300
Receita	500	500	500	500	500	500	500	500
Despesas	(250)	(250)	(250)	(250)	(250)	(250)	(250)	(250)
Depreciação	(60)	(90)	(60)	(90)	(60)	(90)	(60)	(90)
Lucro	190	160	190	160	190	160	190	160
Indicadores econômico-financeiros								
LG	4,00	1,98	0,80	0,66	0,53	0,47	0,36	0,33
PCT	11%	18%	100%	86%	300%	190%	-1100%	1227%
IRNC	63%	71%	86%	90%	133%	120%	133%	120%
IPL	67%	82%	120%	129%	240%	201%	-600%	918%
CE	40%	20%	60%	50%	73%	65%	50%	46%
ML	38%	32%	38%	32%	38%	32%	38%	32%
RSA	19%	12%	19%	12%	19%	12%	19%	12%
RSPL	21%	15%	38%	23%	76%	36%	-190%	163%

Tabela 02 - Modelo - Impactos da reavaliação nas demonstrações contábeis

de ativos em relação aos passivos, pois o impacto do valor dos impostos afeta o exigível a longo prazo, sem impacto equivalente nos valores realizáveis.

A composição do endividamento da empresa terá um efeito muito parecido com o que ocorre na liquidez geral, ou seja, o aumento que acontece pelos impostos, aumentará a proporção dos valores de longo prazo, na composição do endividamento total.

O índice de margem líquida será diminuído porque a depreciação será calculada sobre o valor reavaliado e, assim, a despesa será maior do que se calculada sobre o valor original, com isso o lucro será menor, impactando, desse modo, de forma a diminuir os índices que utilizem o lucro como base de cálculo.

O mesmo ocorre com os índices de retorno sobre o ativo e retorno sobre o patrimônio líquido, os dois serão menores, quando calculados em balanços com reavaliação do que em balanços sem ela, por causa do efeito da depreciação no lucro.

No entanto, nos índices de endividamento e imobilização, onde ocorrem as variações mais relevantes, a composição dos capitais próprios e de terceiros altera o efeito sobre o indicador, conforme está comentado na seqüência.

A situação 1 apresenta uma empresa com alta participação do patrimônio líquido e, conseqüentemente, os índices de endividamento são baixos. O PL representa 90% dos capitais totais. Quando a empresa passa pela reavaliação, as proporções se alteram e o PL passa a representar 84% dos capitais totais.

Percebe-se, nessa situação, que a máxima de que a reavaliação melhora os indicadores de endividamento não é sempre correta. O que ocorreu é que o valor que foi provisionado de impostos no exigível a longo prazo, proporcionalmente, impactou mais do que o valor líquido da reavaliação que somou ao patrimônio líquido.

Pelos 34% de impostos somados ao ELP, o grupo aumentou 170%, enquanto o PL somado pelos 66% da reserva de reavaliação líquida variou somente 22%. Com isso, o exigível total, que representava 10% do patrimônio, passou a representar 16%, aumentando, assim, os índices de endividamento da empresa, tanto no endividamento total quanto na participação de capitais de terceiros.

Cabe ressaltar que esse efeito, porém, só ocorre se a empresa registrar a reavaliação considerando a provisão dos impostos, caso contrário o efeito seria outro. Os índices de endividamento seriam diminuídos, pois o aumento seria total no PL.

O aumento nos indicadores de imobilização, ocorridos na situação 1, seguem o mesmo raciocínio do caso do endividamento, ou seja, a variação que ocorreu no ativo permanente foi superior à variação ocorrida no patrimônio líquido e também nos chamados recursos não correntes (PL+ELP). Pode-se perceber que o ativo permanente variou positivamente em 50%, o patrimônio líquido em 22% e a soma dos recursos não correntes em 31,25%.

Dessa forma, o crescimento proporcional do ativo permanente foi superior aos valores a ele comparáveis, acarre-

tando o aumento dos indicadores de imobilização, o que em tese, não é bom para a empresa.

A situação 2 apresenta uma empresa em que a situação inicial é de equilíbrio em capitais de terceiros e próprios, 50% para cada. O que se pode perceber nessa situação, na qual a empresa apresenta maior dependência por capitais de terceiros, é que a reavaliação dos ativos provocou melhoras nos índices de endividamento.

As variações provocadas pela reavaliação tiveram mais impactos no patrimônio líquido do que nos exigíveis e, por isso, proporcionaram a melhora no índice de endividamento. O patrimônio líquido aumentou em 39,6%, enquanto os exigíveis totais tiveram aumento de 20,4%.

Os indicadores de imobilização apresentaram comportamento semelhante ao ocorrido na situação 1, aumentaram com a reavaliação dos ativos pelo mesmo motivo já exposto na situação anterior, ou seja, as proporções das variações entre o ativo permanente e os recursos não correntes.

Na terceira situação, a empresa apresenta 75% de capitais de terceiros e 25% de capitais próprios. Nesse caso, observa-se que a reavaliação apresenta benefícios em relação à avaliação da empresa por indicadores. Tanto os indicadores de endividamento quanto os de imobilização diminuíram comparativamente aos balanços sem a reavaliação.

O motivo dessa melhora nos indicadores é o mesmo já comentado anteriormente. No caso do endividamento, a variação ocorrida no patrimônio líquido de forma positiva foi superior à que ocorreu no exigível a longo prazo, melhorando a proporção de capitais próprios sobre os capitais de terceiros. No caso da imobilização, é a primeira situação em que esses indicadores diminuem, porque a variação ocorrida no patrimônio líquido e nos recursos não correntes foi superior ao aumento do ativo permanente.

O patrimônio líquido aumentou 79% e os recursos não correntes (PL+ELP) variaram 67%, enquanto o ativo permanente aumentou em 50%, ocasionando assim a diminuição dos indicadores de imobilização, o que, em tese, é bom para a empresa, pois significa que ela tem mais capitais próprios em circulação na atividade.

A situação 4 é extrema, mas não incomum, já que a empresa apresenta patrimônio líquido negativo, conforme demonstrado por Schvirck e Santos (2007, p.12). Nessa situação os indicadores de endividamento e imobilização estão totalmente desfavoráveis para a empresa. Nesse caso é quando se percebe o maior benefício da reavaliação em termos de melhorar os indicadores.

A empresa sai de indicadores totalmente negativos para a sua imagem, para outros que amenizem a imagem ruim deixada pelo patrimônio líquido negativo e por altos índices de imobilização, inclusive de recursos circulantes. Os motivos das melhoras são os mesmos já comentados anteriormente: o impacto que a proporção das variações causa nos grupos.

No entanto, não é possível afirmar qual a composição ideal para que a reavaliação seja benéfica para os indicadores da empresa, pois o percentual aplicado à provisão dos impostos influenciará diretamente essa proporção.

O que se pode depreender dessa análise é que a reavaliação somente será benéfica para a empresa, em termos de indicadores, quando ela apresentar um certo nível de utilização de capitais de terceiros. Caso contrário, o efeito pode ser nulo ou até mesmo desfavorável.

Essas análises foram realizadas a partir de uma situação em que a reavaliação foi de 50% sobre o valor do ativo permanente. A variação desse percentual alterará a amplitude dos efeitos sobre os indicadores, mas não os efeitos.

Se a empresa fizer uma reavaliação de 100% sobre o ativo permanente, a variação dos indicadores será maior, porém, o efeito sobre os índices, sendo positivo ou negativo, será o mesmo.

Por exemplo, na situação 1, havendo reavaliação de 100% sobre o ativo permanente e provisionando os impostos em 34%, o índice de imobilização do patrimônio líquido passaria de 67% para 93%. Já o endividamento seria de 23% contra 11% no balanço original.

Essas variações foram superiores à situação de reavaliação em 50% do AP, porém o fato de os índices aumentarem não foi alterado.

Dessa análise, conclui-se que as proporções da composição do ativo total são definitivas na magnitude das diferenças que ocorrerão com a reavaliação, mas, os efeitos causados nos indicadores são dados pela composição dos capitais próprios e de terceiros. Se a empresa tem mais ou menos capitais de terceiros, os efeitos serão diferentes.

Considerações finais

As empresas apresentam proporções patrimoniais diferentes em função do seu setor, do seu porte, do seu mercado entre outros fatores. Ao considerar essas diferentes estruturas e a aplicação alternativa da reavaliação de ativos ao valor de mercado, os efeitos dessa prática são os mais diversos.

Os aumentos registrados nos ativos podem não representar aumentos reais e isso pode distorcer todo o diagnóstico gerado a partir da análise das demonstrações contábeis da empresa.

O objetivo desse estudo foi demonstrar, de maneira genérica, quais os efeitos da reavaliação sobre diferentes estruturas patrimoniais, baseando a análise sobre os índices econômico-financeiros.

Os efeitos benéficos da reavaliação, na melhora dos indicadores, é mais percebido nas empresas que apresentam certa dependência de capitais de terceiros, portanto, afirmar que a reavaliação melhora o índice de endividamento das empresas, nem sempre é correto, pois como constatado no modelo apresentado, quando o patrimônio é formado com maior participação de capitais próprios, o efeito causado pela reavaliação pode ser o de aumentar o índice de endividamento.

Os efeitos da reavaliação nas demonstrações contábeis independem da composição do ativo, tais efeitos são determinados pela composição do passivo e as principais variações ocorrerão nos indicadores de endividamento.

A reavaliação, como processo alternativo, é utilizada por diversas empresas no Brasil com diferentes objetivos.

Algumas para melhorar a imagem perante o mercado outras para atualizar o valor de seus ativos e possibilitar melhores decisões.

O que é importante ressaltar é que a reavaliação de ativos, se bem utilizada, é uma importante ferramenta para auxiliar na gestão dos bens da empresa.

Referências

BRASIL, **Deliberação 183 - Aprova pronunciamento do IBRACON sobre reavaliação de ativos**, de 19 de junho de 1995, Comissão de Valores Mobiliários, Rio de Janeiro, RJ, 1995.

BRASIL, **Resolução CFC 1004/04 Aprova a NBC T 19.6 - Reavaliação de ativos**, de 19 de agosto de 2004. Conselho Federal de Contabilidade, Brasília, DF, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999. Estabelece critérios para tributação de pessoa jurídica**. Brasília, DF, 1999.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações**. Brasília, DF, 1976.

BRASIL. **Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências**. Brasília, DF, 2000.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 7 ed. São Paulo: Harbra, 2002.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDICIBUS, Sérgio de. MARTINS, Eliseu e GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades / FIPECAFI**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade versus fluxo de caixa**. Caderno de estudos FIPECAFI, São Paulo, nº 20, p. Janeiro a Abril/1999.

MARTINS, Eliseu. **Reavaliação, correção especial e provisão para imposto de renda**. Temática Contábil e Balanços – IOB, São Paulo, nº 14, p.106-110, 1992.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Demonstrações financeiras: abrindo a caixa-preta: como interpretar balanços para a concessão de empréstimos**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHVIRCK, Eliandro e SANTOS, Ariovaldo. **Reavaliação de ativos: principais práticas adotadas no Brasil**. In 7º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2007, São Paulo. Anais eletrônicos 7º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo: USP. CD-ROM.

SCHVIRCK, Eliandro. **A Reavaliação de ativos e seus impactos na análise das demonstrações contábeis no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.